



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 33, de 8 de junho;*
3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 50/XIII/1.ª - «Preendem Adrenalina gratuita para os doentes que sofrem de alergia alimentar» - Relatora: Deputada Eurídice Pereira;*
4. *Discussão e votação do Parecer relativo ao P.J.L n.º 230/XIII/1.ª, que «Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde» - Autora do Parecer: Deputada Isaura Pedro;*
5. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a participação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»;*
6. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 228/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais, bem como a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 304/XIII/1.ª (PCP) - Pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais; Projeto de Resolução n.º 306/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 308/XIII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio aos Cuidadores Informais e a aprovação do seu Estatuto; Projeto de Resolução n.º 310/XIII/1.ª (BE) - Cria o Estatuto do Cuidador Informal;*
7. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 20/XIII/1.ª (PCP) - Pela Reabertura do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais;*
8. *Discussão e votação de uma proposta de iniciativa, do PSD, para expressar público reconhecimento pela capacidade demonstrada pelo SNS, aquando do recente nascimento de uma criança que durante cerca de 15 semanas esteve «no útero da mãe, cuja morte cerebral havia sido declarada no passado dia 20 de fevereiro»;*

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

9. *Discussão e votação da proposta do PSD para constituição de um GT sobre Doenças Oncológicas.*

10. *Outros assuntos.*

10:45 *Audiência com a ANF - Associação Nacional de Farmácias, para apresentação do ponto de situação de sector e das propostas das farmácias para a normalização da assistência farmacêutica às populações;*

11:45 *Audiência com o Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda - Pretendem manifestar as suas preocupações com a situação das Unidades de Tratamento de Alcoologia em Portugal e, concretamente, com a Unidade de Alcoologia de Coimbra.*

1. Informações

O Presidente procedeu à distribuição, para elaboração de Parecer, do Projeto de Lei n.º 252/XIII/1.ª (PAN) que «*Enquadra as Terapêuticas não Convencionais na Lei de Bases da Saúde, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro e reforça a correta interpretação da Lei n.º 45/2003, de 22 de agosto e Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro*», ao PS, que posteriormente indicará o nome do Deputado. Distribuiu ainda, para elaboração de Parecer, o Projeto de Lei n.º 247/XIII/1.ª (PSD) relativo à «*1.ª Alteração à Lei n.º 25/2012 de 16 de Julho, alargando a dimensão do Testamento Vital ao planeamento da velhice, para além da situação de doença*» ao PSD, que indicou o Deputado Luís Vales.

2. Apreciação e votação da ata n.º 33, de 8 de junho

A ata n.º 33, relativa ao dia 8 de junho, foi aprovada por unanimidade, com a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 50/XIII/1.ª - «Pretendem Adrenalina gratuita para os doentes que sofrem de alergia alimentar» - Relatora: Deputada Eurídice Pereira

A Deputada Eurídice Pereira apresentou o Relatório Final da Petição n.º 50/XIII/1.ª, informando que contactou a petionária telefonicamente, que lhe deu conta dos problemas da doença do seu filho, dos transtornos daí decorrentes e dos encargos com os medicamentos. Notou que é um caso conhecido e tem sido noticiado pela televisão. Referiu que enquanto Relatora pretende questionar o Ministério da Saúde sobre esta matéria, mas também os Ministérios da Economia e da Educação. Concluiu com o Parecer de que o Relatório Final deve ser remetido ao PAR, com conhecimento à petionária.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Laura Magalhães saudou a Deputada pelo trabalho realizado. Fez algumas considerações quanto à carência de informação sobre este problema, que deve merecer a atenção dos Deputados.

O Presidente deu os parabéns à Relatora pela forma sucinta como apresentou o Relatório Final que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão e votação do Parecer relativo ao P.J.L n.º 230/XIII/1.ª, que «Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde» - Autora do Parecer: Deputada Isaura Pedro

A Deputada Isaura Pedro apresentou o Parecer relativo ao P.J.L n.º 230/XIII/1.ª, mencionando o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa, o enquadramento legal, constitucional e antecedentes, reservando a sua opinião para Plenário e concluindo que o Parecer em análise reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutido e votado em Plenário.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada, frisando que o Parecer é objetivo e traduz o conteúdo da iniciativa legislativa. Mostrou disponibilidade para em sede de discussão na especialidade aceitar a introdução de melhorias no P.J.L.

O Deputado António Sales disse que o PS acompanhará o P.J.L do PCP, bem como os considerandos e as conclusões do Parecer.

O Presidente felicitou a Deputada e colocou os considerandos e as conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, estando ausente o PEV.

5. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 131/XIII/1.ª (CDS-PP) «Recomenda ao Governo a comparticipação, pelo escalão A, dos cremes e vestes compressivas para pessoas queimadas, quando devidamente prescritos pelo médico assistente ou das especialidades de Dermatologia ou Cirurgia Estética» e do Projeto de Resolução n.º 256/XIII/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas»

A fusão dos projetos de resolução foi acordada entre os Grupos Parlamentares do CDS-PP e do BE, tendo a redação final sido fixada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 228/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais, bem como a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 304/XIII/1.ª (PCP) - Pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais; Projeto de Resolução n.º 306/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal; Projeto de Resolução n.º 308/XIII/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio aos Cuidadores Informais e a aprovação do seu Estatuto; Projeto de Resolução n.º 310/XIII/1.ª (BE) - Cria o Estatuto do Cuidador Informal

Não tendo sido possível chegar a um consenso quanto ao projeto de fusão apresentado pelos serviços, os Grupos Parlamentares subscritores comprometeram-se a reunir para encontrar um texto que possa ser aceite por todos. Este ponto da OD foi adiado para a próxima reunião.

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 20/XIII/1.ª (PCP) - Pela Reabertura do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais

A Deputada Carla Cruz apresentou o Projeto de Resolução n.º 20/XIII/1.ª, que recomenda ao Governo a «reabertura do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Saúde Personalizados Viver Mais», salientando que não é a primeira vez que apresenta uma iniciativa legislativa sobre este assunto. Disse que «em abril de 2014, o Governo PSD/CDS decidiu encerrar o Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais. Esta decisão foi o culminar de um processo de esvaziamento, desinvestimento e desmantelamento que se iniciou em 2005 mas que teve novo impulso com a saída de um clínico em 2011. Esta saída acelerou a degradação e o acesso aos cuidados de saúde naquela vila». Considera a situação preocupante tendo em conta as características da população, que é idosa e tem baixos rendimentos económicos, o que é agravado pela dificuldade de mobilidade dada a ausência de transportes públicos adequados, sendo que o recurso ao táxi exige um esforço muito grande para quem tem poucos rendimentos. Aludiu ao polo termal de Caldelas que atrai muitas pessoas, quer pelas águas termais curativas, quer simplesmente para descansar, tendo sido durante muito tempo um fator dinamizador das atividades económicas da região. Admite que «o encerramento dos serviços de proximidade, a par do esvaziamento e degradação da prestação de cuidados de saúde, de que o Pólo de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais é um claro exemplo, tem, assim, concorrido para a perda de população». Recordou que na Legislatura passada foram discutidas e votadas duas Petições que abordavam este assunto e a resposta do Gabinete do Ministério da Saúde a uma pergunta do PCP, conclui, depois de fazer considerações sobre a organização dos serviços periféricos, que «não há perspetiva de manter essa Extensão por muito mais tempo». Lembrou que «a extensão de saúde de Caldelas é crucial não só para as populações residentes nas freguesias que serve, como para todas as pessoas que visitam e escolhem a vila para uma estadia nas termas ou que participam nas atividades desportivas que ali



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

decorrem». Assim, os Deputados do GP do PCP propõem que a Assembleia da República adote uma Resolução que recomende:

«1. Proceder à reabertura em Caldelas do Pólo da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais;

2. Assegurar, na Vila de Caldelas, infraestruturas que garantam condições de qualidade para a prestação de cuidados pelo Pólo da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais;

3. Dotar o Pólo de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais de meios humanos e materiais imprescindíveis para assegurar a prestação de cuidados de saúde de qualidade aos utentes que estão inscritos e a todos os que passaram para a USF existente no Centro de Saúde de Amares e que pretendem regressar à Extensão existente em Caldelas».

A Deputada Laura Magalhães começou por referir que é oriunda de um outro concelho do distrito de Braga, que tem características parecidas com as de Caldelas, pelo que diz conhecer os problemas referidos, salientando que a perda de população não acontece por falta de serviços, mas que os serviços deixam de existir devido ao decréscimo da população. Não se pode esquecer que a extensão de saúde de Caldelas funcionava duas horas por semana e o anterior Governo tinha duas opções, continuar a prestar um serviço medíocre em Caldelas ou levar os utentes para Amares, tendo optado por esta última. O PSD nunca disse que os transportes públicos reuniam todas as condições, tendo até apresentado uma iniciativa que não foi aceite pela oposição de então. Lembrou que todo o processo de encerramento do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Saúde personalizados Viver Mais foi planeado por governos anteriores ao do PSD/CDS.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu que para o CDS-PP não é indiferente o bem-estar das populações do país, independentemente do número de pessoas. Sobre este caso recordou que foram apresentadas propostas para se providenciarem transportes para esse grupo de 102 cidadãos para Amares, por altura da discussão das Petições, as quais não foram aceites pela oposição de então. Uma forma de resolver o problema desse grupo de utentes poderia passar por organizar períodos de consulta e bons transportes para Amares. Entende que se deve continuar a alertar para o bem-estar das populações, mas sem necessidade de aumentar o endividamento, notando que é fácil fazer promessas à custa do endividamento.

O Deputado Domingos Pereira considera que se deve centrar o debate na questão essencial, ou seja na política de saúde, mais concretamente na questão que se relaciona com a política das USF, que tem abrangência, agregando muitas vezes populações que estão nas margens da sua zona de influência e quem está mais longe muitas vezes é transferido para essas USF's. Entende que todos gostariam de ter serviços personalizados, mas de todo não é possível e quando uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

unidade de saúde funciona apenas com um médico, e a tempo parcial, como a Unidade em apreço, parece que não estão reunidas as condições para a reabrir.

A Deputada Carla Cruz comentou as intervenções anteriores. De facto, havia um médico que dava consultas duas vezes por semana e depois passou a dar uma vez, esclarecendo que ficaram apenas 102 utentes no Pólo de Caldelas, porque os outros utentes foram obrigados a ir para a USF de Amares. No que se refere ao Projeto de Resolução do PSD sobre os transportes públicos, que serviriam esse grupo de 102 utentes, disse que o mesmo deu entrada na AR depois da discussão da Petição. Se forem criadas condições, os utentes certamente voltarão para o Polo de Caldelas.

O Presidente disse que a informação relativa à discussão do PJR 20/XIII (1.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

8. Discussão e votação de uma proposta de iniciativa, do PSD, para expressar público reconhecimento pela capacidade demonstrada pelo SNS, aquando do recente nascimento de uma criança que durante cerca de 15 semanas esteve «no útero da mãe, cuja morte cerebral havia sido declarada no passado dia 20 de fevereiro»

A Deputada Ângela Guerra leu a proposta apresentada pelo PSD, no sentido de que a Comissão de Saúde «*delibere adotar uma iniciativa que expresse o seu público reconhecimento pela capacidade uma vez mais demonstrada pelo SNS, bem como pelo extremo profissionalismo e competência de quantos nele trabalham, em ordem à efetivação do direito à proteção da saúde da população portuguesa*».

Discutiu-se a forma que deveria assumir esta iniciativa, tendo sido deliberado por unanimidade, que fosse um voto de congratulação proposto pelos Deputados da Comissão de Saúde, a enviar para plenário para votação. A Deputada Ângela Guerra ficou incumbida de apresentar o texto, que será circulado ainda hoje pelos Deputados, para recolher contributos, e enviado ao plenário para ser votado na próxima sexta-feira.

9. Discussão e votação da proposta do PSD para constituição de um GT sobre Doenças Oncológicas

O Deputado Luís Vales apresentou o requerimento que propõe a constituição de um Grupo de Trabalho sobre Doenças Oncológicas, recordando que as «*doenças oncológicas constituem uma das principais causas de morte em Portugal, representando 24% da mortalidade geral verificada no País, com cerca de 26 mil falecimentos, (dados de 2013)*». Referiu que no decurso da audição



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

relativa à Petição n.º 51/XIII, a Liga Portuguesa Contra o Cancro apelou a que o Parlamento prestasse atenção, de uma forma mais específica, às doenças oncológicas.

A Deputada Carla Cruz reconhece a necessidade de se acompanhar esta temática. Nada tem a opor quanto à criação do GT, mas entende que deveria ser a Comissão a tratar do assunto.

O Deputado Moisés Ferreira lembrou que, na audição dos peticionários, o BE deu nota de que devia haver um maior acompanhamento deste assunto, manifestando concordância com a criação do Grupo de Trabalho.

A Deputada Luísa Salgueiro concordou com a constituição de um Grupo de Trabalho.

O Deputado Luís Vales disse que a Comissão de Saúde fará audições com as entidades que entender, enquanto o GT poderá fazer um trabalho de outro nível.

O requerimento do PSD foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.

10. Outros assuntos

O Deputado Miguel Santos solicitou a admissão na ordem do dia do requerimento do PSD que solicita a audição do Diretor Geral da ADSE, tendo em conta notícias veiculadas pela comunicação social durante a manhã.

A Deputada Luísa Salgueiro indicou que o PS vota contra a discussão do requerimento na presente reunião e a Deputada Carla Cruz disse que, por princípio, o PCP é favorável às audições, mas a discussão do requerimento não consta da ordem do dia.

O Deputado Miguel Santos notou que não apresentou o requerimento, apenas solicitou a possibilidade de o mesmo ser discutido na presente reunião, esclarecendo que apresentou o requerimento durante a reunião visto ter tido conhecimento do assunto no decorrer da manhã.

O Presidente colocou à votação a admissão e posterior discussão do requerimento do PSD, que solicita a audição do Diretor Geral da ADSE, tendo sido rejeitada a sua inclusão na ordem do dia, com os votos contra do PS, BE, PCP e PEV e os votos a favor do PSD e do CDS-PP.

10:45 Audiência com a ANF - Associação Nacional de Farmácias, para apresentação do ponto de situação de sector e das propostas das farmácias para a normalização da assistência farmacêutica às populações

O Presidente cumprimentou a Associação Nacional de Farmácias (ANF), representada por Paulo Duarte, Presidente da Direção, que veio acompanhado por Joana Carvalho, Membro da Direção e por Nuno Flora, Secretário-Geral, dando a palavra ao Presidente da ANF para uma intervenção inicial.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

O Dr. Paulo Duarte fez uma apresentação em *power point* sobre «Os portugueses e a rede de farmácias», destacando o acesso ao medicamento, a satisfação, os desafios e as oportunidades. Lembrou que o programa de ajustamento foi penalizador para as farmácias, tendo mencionado as dificuldades sentidas, assim como a insustentabilidade da ausência de um critério objetivo para determinar a remuneração das farmácias. Mostrou gráficos com a evolução do mercado farmacêutico, a poupança real gerada com a dispensa de genéricos no período entre 2011 e 2016, a estagnação da quota de genéricos, os resultados dos incentivos às farmácias pela dispensa de genéricos, a evolução da despesa do SNS no geral e a evolução da despesa com medicamentos no ambulatório. Disse que o atual modelo económico põe em causa a garantia de cobertura farmacêutica do País, salientando que as farmácias em Portugal têm uma das mais baixas margens da Europa, estando até a funcionar com margens negativas, o que se traduz numa diminuição de 55% do resultado operacional da farmácia média, e que, apesar dos constrangimentos, as farmácias mantêm qualidade e qualificação. A finalizar apresentou os princípios para um contrato de legislatura, que devem abordar os seguintes pontos: definição de um critério objetivo de remuneração; medicamentos hospitalares; prestação de serviços; partilha de ganhos e reembolso/devolução.

O Deputado Miguel Santos cumprimentou os responsáveis da ANF. Reconhece que esta associação sempre manteve a capacidade técnica e a qualidade, mesmo quando o país pediu um grande contributo às farmácias, sempre manteve a capacidade de diálogo, alicerçando as suas posições em dados concretos que muitas vezes ajudam a compreender o setor das farmácias. Colocou questões sobre os acordos específicos já celebrados, sobre o número de processos de insolvência e de penhoras e sobre a quota de mercado dos genéricos.

O Deputado Domingos Pereira cumprimentou os dirigentes da ANF, tendo destacado o papel importante que as farmácias desempenham, nomeadamente a nova reorientação do papel das farmácias e o seu financiamento. Considera que esta matéria deve ser discutida, bem como a dispensa de medicamentos inovadores, referindo a disponibilidade do PS para essa discussão.

A Deputada Carla Cruz saudou a ANF na pessoa do seu Presidente. Reafirmou a importância das farmácias, até pela proximidade, porque são, em regra, uma porta de aconselhamento dos utentes. Comentou os dados assinalados pelo Presidente da ANF, designadamente a dificuldade de acesso aos medicamentos. Perguntou a razão da falta de medicamentos nas farmácias e em que situação está o compromisso do Governo com a ANF. Informou que irá fazer uma pergunta ao Governo sobre esta questão.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

O Dr. Paulo Duarte agradeceu as questões. Disse que deve ser discutida a sustentabilidade do SNS, que não tem a ver com as farmácias, é uma questão mais ampla. Prestou esclarecimentos, nomeadamente sobre a integração das farmácias no SNS, a disponibilidade de medicamentos, o número de insolvências e a quota de genéricos. Referiu que 90% do trabalho previsto nos acordos globais para a sustentabilidade está realizado. Deve ser discutido que rede de farmácias se quer para o país e qual deverá ser a sua remuneração. A terminar, o Dr. Paulo Duarte convidou a Comissão de Saúde a visitar a ANF.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos e o convite.

11:45 Audiência com o Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda - Pretendem manifestar as suas preocupações com a situação das Unidades de Tratamento de Alcoologia em Portugal e, concretamente, com a Unidade de Alcoologia de Coimbra

O Presidente cumprimentou Carlos Brito e Joceline Prada da Silva, do Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda, Ana Feijão, do Centro de Coimbra, António Martins Silva, do Centro de Santa Maria da Feira, Mário Soares, do Centro de Aveiro e Manuel Pinho, do Centro de Nogueira Regedora.

Carlos Brito agradeceu a possibilidade de ser recebido pela Comissão de Saúde, salientando que quer fazer parte da solução, nesta área. Fez uma breve apresentação dos Centros de Alcoologia presentes, particularmente do Centro de Alcoologia da Guarda, que tem mais de 33 anos, pelo qual é responsável. Falou do seu percurso ligado ao alcoolismo, frisando que não bebe há mais de 36 anos, lembrando que um conselho só tem autoridade quando é seguido por um exemplo.

A Coordenadora da Unidade de Alcoologia de Coimbra, Ana Feijão, referiu que esta Unidade com mais de 64 anos tem tido um bom desempenho ao longo do tempo e referiu a preocupação com o futuro das Unidades de Alcoologia. Os Cuidados de Saúde Primários são o 1.º contacto dos doentes, sendo aí feita a sua referenciação. Durante o anterior Governo, foi feito um estudo sobre saúde mental que nas suas conclusões propõe a integração dos centros de alcoologia nos centros de psiquiatria, dizendo que discorda desta hipótese. Considera que deve ser criada uma rede nacional para as dependências, porque o problema do álcool deve ser abordado por diversas especialidades, mas não necessita integrar os serviços de psiquiatria.

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou os presentes e agradeceu as informações. Disse conhecer o problema através do trabalho realizado pelo núcleo de Pinhel, Distrito da Guarda, elogiando o trabalho desenvolvido por este e por outros centros em prol das populações. Perguntou se a legislação é suficiente, focando a sua preocupação no acesso dos doentes.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos agradeceu a presença da delegação, particularmente do Distrito da Guarda, que tem o gosto de conhecer já há bastante tempo, pelo trabalho produzido e pelo exemplo do seu responsável, porque há poucas pessoas a assumir a sua doença. Perguntou se já houve algum contacto com o SICAD, sobre a nova abordagem.

A Deputada Elza Pais cumprimentou Ana Feijão pela qualidade da sua exposição que traduz o trabalho que desenvolve, bem como o de Carlos Brito, tendo perguntado como se pode evitar um recuo para uma estratégia vertical.

O Deputado João Ramos cumprimentou a delegação. Valorizou o trabalho efetuado pelos centros, o que mostra haver saber para tratar dos problemas. Disse que o PCP não acompanhou o processo de integração dos centros nas ARS e informou que no dia anterior apresentou um projeto de resolução sobre esta matéria.

Ana Feijão agradeceu as considerações e as perguntas colocadas. Disse que o modelo a seguir deve ter alguma verticalidade e alguma transversalidade. Considera a Lei da Publicidade desastrosa, lembrando que todos os eventos desportivos são patrocinados com bebidas alcoólicas. Frisou que no Congresso do SICAD o Ministro da Saúde mostrou disponibilidade para repensar esta lei.

O Presidente agradeceu a todos o trabalho que estão a desenvolver, bem como da disponibilidade para dar conta da realidade desta área da saúde.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida nos seguintes *links*:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160615_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160615_2.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160615_3.mp3

Palácio de São Bento, 15 junho 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Francisco Rocha
João Ramos
Laura Monteiro Magalhães

Faltou a Senhora Deputada:

Teresa Caeiro